

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 64, de 2016 (nº 380, de 7 de julho de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

É submetido ao exame desta Comissão a indicação, pelo Presidente da República, do nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Com o fim de atender o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores elaborou currículo do diplomata.

Nascido em 3 de dezembro de 1960, na cidade de Santo André – SP, o Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI é filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli.

Graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo no ano de 1983. Em 1985, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1994) e o Curso de Altos Estudos (2000), no qual defendeu a tese de título “A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?”, aprovada com louvor.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1991. Sempre por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1997, a Conselheiro em 2004, a Ministro de Segunda Classe em 2008 e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

Foi designado para diversas funções ao longo de sua carreira, entre as quais se podem destacar: Segundo-Secretário na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York, de 1991 a 1994, e na Embaixada em Montevidéu, de 1994 a 1996; Primeiro-Secretário em Washington, de 1999 a 2003; Adjunto da Assessoria Especial da Presidência da República, de 1996 a 1999; Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, de 2003 a 2007; Conselheiro e Ministro Conselheiro na Embaixada em La Paz, de 2007 a 2010; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, de 2010 a 2013; Embaixador em Túnis, de 2013 a 2015; Chefe de Gabinete do Ministro, desde 2015; e Chefe da Delegação da I Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Secretaria Iberoamericana, em Cartagena.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, a exemplo da Ordem do Mérito da República Italiana, no grau de Cavaleiro; Ordem do Libertador San Martín, da Argentina, no grau de Oficial; Comendador da Ordem do Marechal Andrés de Santa Cruz da Bolívia; Grã Cruz da Ordem de Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa e a Medalha Mérito Tamandaré.

Publicou nos Ensaios de História Diplomática, da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), “A Política Brasileira para a África e a Descolonização dos Territórios Portugueses”, no ano de 1989.

Também em observância ao RISF, o MRE elaborou sumário executivo, que acompanha a mensagem presidencial, sobre a República da Colômbia.

A República da Colômbia é o quarto país da América do Sul em extensão territorial e segundo mais populoso, com cerca de 48 milhões de habitantes. As relações diplomáticas com o Brasil se estabeleceram na década de 1820, quando o país era ainda Grã-Colômbia e seu território compreendia não apenas a atual Colômbia, mas também Equador, Venezuela e Panamá.

As relações bilaterais foram intensificadas especialmente a partir de visitas presidenciais, ao que antecedeu o primeiro encontro oficial entre presidentes dos dois países na cidade fronteiriça de Letícia, em 1971. No ano seguinte, foi firmado Acordo Básico de Cooperação Técnica. Ainda hoje esse acordo serve de base para as iniciativas de cooperação técnica bilateral.

Brasil e Colômbia contam com mecanismos de diálogo bilateral: a Comissão Bilateral de Chanceleres, a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral e a Comissão de Vizinhança e Integração. Ademais, o Brasil tem se mostrado atuante no processo de paz na Colômbia no que diz respeito às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e ao Exército de Libertação Nacional (ELN). Como destacado pela Embaixadora Maria Elisa Berenguer, em seu relatório de gestão encaminhado a esta Comissão, seu papel, durante o período em que esteve à frente da Embaixada em Bogotá, foi *expressar reiteradamente o apoio do Brasil ao processo de paz e reagir prontamente a todo pedido de cooperação recebido do governo local. Esta se concentrou em duas áreas: agricultura familiar, mediante financiamento de dois projetos-piloto executados pela FAO [Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – sigla em inglês] e pelo PMA [Centro de Excelência contra Fome do Programa Mundial de Alimentos]; e desminagem, graças à incisiva atuação da Marinha e do Exército junto às congêneres colombianas, sobretudo em treinamento e capacitação, via OEA [Organização dos Estados Americanos] e bilateralmente.*

A comunidade brasileira na Colômbia é estimada em cerca de 17 mil pessoas, com grande trânsito nas regiões fronteiriças.

Cumpra registrar, no que concerne às exportações colombianas, a dependência econômica do país da produção de petróleo e carvão, bem como de produtos agrícolas.

O Acordo de Complementação Econômica nº 59, firmado entre os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Colômbia, Equador e Venezuela, é marco para o relacionamento comercial entre Brasil e Colômbia. Assim, recentemente foi assinado Entendimento Automotivo entre os dois países, do qual se espera aumento da venda de automóveis, integração das cadeias produtivas do setor e estímulo do emprego. Acordos nas áreas têxtil, de siderurgia, de serviços, de compras governamentais, de facilitação do comércio e bitributação encontram-se em negociação.

O comércio bilateral mais que dobrou de 2005 a 2015 e encontra-se no patamar de US\$ 3,3 bilhões. Hoje é aplicada tarifa zero para 84% dos produtos do universo tarifário nas relações com a Colômbia, com tendência crescente a fim de conformar uma virtual área de livre comércio entre os países. Em 2015, os principais produtos exportados pelo Brasil foram máquinas, instrumentos mecânicos e veículos automóveis.

Hoje mais de 50 empresas brasileiras atuam na Colômbia. De 2010 a 2014, a presença de empresas brasileiras no país aumentou em mais de 80%. Os investimentos brasileiros na Colômbia, nos últimos 15 anos, acumularam aproximadamente US\$ 2 bilhões. Por sua vez, os investimentos colombianos no Brasil concentram-se nos setores de transporte aéreo e de eletricidade.

Espera-se que o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento, firmado em 2015, estimule ainda mais os investimentos entre Brasil e Colômbia. Além disso, a perspectiva de fim do conflito armado parece trazer momento favorável ao investimento externo naquele país, que é a terceira maior economia da América do Sul.

No campo da política externa, o Presidente Juan Manuel Santos Calderón, eleito em 2010 e reeleito em 2014, tem buscado fortalecer a posição

da Colômbia no plano internacional, mediante a aproximação com os países da América Latina, especialmente com seus vizinhos sul-americanos. Vale, nesse ponto, destacar que o país busca a ampla abertura de seu mercado. Exemplo disso é a conformação da denominada Aliança do Pacífico, por meio da qual Colômbia, Chile, México e Peru pretendem estabelecer área de livre comércio de bens, serviços, capitais e pessoas e diversificar a pauta de exportações. Nos últimos anos, o país celebrou uma série de outros acordos comerciais.

Observe-se, ainda, que os Estados Unidos da América (EUA) permanecem como fortes parceiros no que tange à matéria de defesa e segurança. O “Plano Colômbia” foi sucedido pela iniciativa conjunta “Paz Colômbia”, a qual além de enfocar questões de segurança e combate ao narcotráfico, também se ocupa de temas sociais e daqueles relacionados ao pós-conflito. Os EUA são, ainda, o principal parceiro comercial da Colômbia.

A Colômbia também participa ativamente de vários mecanismos multilaterais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senadora Ana Amélia, Relatora